

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: t2gzrg2n <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 29/10/2025 Projeto de lei nº 1722/2025 Protocolo nº 11486/2025 Processo nº 3516/2025	
<b>Autor:</b> Dep. Elizeu Nascimento		

### **Institui a Política Estadual de Segurança do Paciente no âmbito do Estado de Mato Grosso.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Política Estadual de Segurança do Paciente (PESP-MT), no âmbito do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de qualificar a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade, visando à redução de riscos e danos aos pacientes nos serviços de saúde.

**Parágrafo único.** A PESP-MT se aplica a todos os serviços de saúde, públicos e privados, civis e militares, que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS) e o sistema de saúde suplementar no Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - **Segurança do Paciente:** Redução a um mínimo aceitável do risco de dano desnecessário associado ao cuidado de saúde;

II - **Dano:** Prejuízo à estrutura ou função do corpo e/ou qualquer efeito dele oriundo, incluindo doença, lesão, sofrimento, incapacidade ou morte, que pode ser físico, social, psicológico ou outros;

III - **Incidente:** Evento ou circunstância que poderia ter resultado, ou resultou, em dano desnecessário ao paciente;

IV - **Evento Adverso:** Incidente que resulta em dano ao paciente;

V - **Cultura de Segurança:** Conjunto de valores, atitudes, competências e padrões de comportamento que determinam o compromisso com a gestão da segurança na organização de saúde;

VI - **Núcleo de Segurança do Paciente (NSP):** Instância criada em cada serviço de saúde com a finalidade de promover e apoiar a implementação das ações de segurança do paciente.

**Art. 3º** A Política Estadual de Segurança do Paciente será regida pelos seguintes princípios:

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

- I - Foco no paciente, garantindo a sua participação ativa nas decisões sobre seu cuidado;
- II - Transparência na comunicação de incidentes e na divulgação de resultados relacionados à segurança do paciente;
- III - Abordagem sistêmica e não punitiva dos incidentes, buscando aprender com os erros para prevenir sua recorrência;
- IV - Ética e humanização do cuidado;
- V - Uso de evidências científicas para as práticas seguras; VI - Integralidade, equidade e universalidade do cuidado, conforme os princípios do SUS.

**Art. 4º** São diretrizes da Política Estadual de Segurança do Paciente:

- I - Aprimorar os processos de gestão de risco e de segurança do paciente nos serviços de saúde;
- II - Estimular a notificação, análise e monitoramento de incidentes e eventos adversos;
- III - Promover a educação e capacitação contínua dos profissionais de saúde em temas relacionados à segurança do paciente;
- IV - Fomentar a cultura de segurança e o trabalho em equipe;
- V - Incentivar a pesquisa e a produção de conhecimento na área de segurança do paciente;
- VI - Envolver o cidadão na sua segurança e na segurança do sistema de saúde;
- VII - Assegurar a integração e coordenação das ações de segurança do paciente entre os diferentes níveis de atenção à saúde;
- VIII - Estabelecer protocolos e práticas baseadas nas melhores evidências científicas, em conformidade com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde.

**Art. 5º** São objetivos da Política Estadual de Segurança do Paciente:

- I - Reduzir a incidência de eventos adversos e de danos relacionados ao cuidado de saúde;
- II - Qualificar a assistência à saúde, garantindo um ambiente mais seguro para pacientes e profissionais;
- III - Promover a participação do paciente e de seus familiares na construção de um cuidado seguro;
- IV - Padronizar e disseminar práticas seguras em todos os serviços de saúde do Estado;
- V - Fortalecer a capacidade de resposta dos serviços de saúde frente aos incidentes;
- VI - Estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação da segurança do paciente no Estado.

**Art. 6º** A Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) será o órgão responsável pela coordenação, supervisão e avaliação da Política Estadual de Segurança do Paciente, cabendo-lhe:

- I - Elaborar e divulgar materiais educativos e campanhas de conscientização sobre segurança do paciente;

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

II - Desenvolver e disponibilizar protocolos, guias e recomendações para os serviços de saúde;

III - Promover a capacitação e o intercâmbio de experiências entre os profissionais de saúde;

IV - Manter um sistema de informações sobre incidentes e eventos adversos, garantindo a análise e o retorno aos serviços.

**Art. 7º** Os serviços de saúde, públicos e privados, deverão:

I - Implementar Núcleos de Segurança do Paciente (NSP), conforme regulamentação da SES-MT, em alinhamento com a Portaria nº 529/2013 do Ministério da Saúde;

II - Elaborar seus Planos de Segurança do Paciente, com base nas diretrizes da PESP-MT;

III - Notificar os incidentes e eventos adversos de acordo com os mecanismos e prazos estabelecidos pela SES-MT;

IV - Promover a educação continuada de seus profissionais sobre segurança do paciente;

V - Implementar as práticas de segurança recomendadas pela OMS, Ministério da Saúde e SES-MT;

VI - Garantir a participação ativa do paciente e seus familiares no processo de cuidado.

**Art. 8º** A SES-MT poderá instituir um Comitê Estadual de Segurança do Paciente, de caráter consultivo e deliberativo, para auxiliar na implementação e monitoramento da PESP-MT, com a participação de representantes de entidades de classe, instituições de ensino, gestores e profissionais de saúde.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado de Saúde, suplementadas se necessário.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11.** Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICATIVA

A segurança do paciente é um componente crítico da qualidade dos serviços de saúde e um pilar fundamental para a promoção da saúde e bem-estar da população. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a segurança do paciente como uma prioridade global, e estudos demonstram que uma parcela significativa de eventos adversos é prevenível. No Brasil, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 529, de 7 de abril de 2013, instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), estabelecendo a necessidade de diretrizes e ações que visem à qualificação do cuidado em saúde em todo o território nacional.

No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconiza a integralidade, universalidade e equidade do acesso à saúde, a segurança do paciente é indissociável da oferta de um cuidado digno e eficaz. Incidentes e eventos adversos não apenas causam danos físicos e psicológicos aos pacientes, mas também geram impactos negativos nos custos da saúde, na confiança da população nos serviços e na moral dos profissionais.

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

O Estado de Mato Grosso, ao instituir sua própria Política Estadual de Segurança do Paciente (PESP-MT), alinha-se às melhores práticas nacionais e internacionais e demonstra seu compromisso com a melhoria contínua da qualidade dos serviços de saúde oferecidos à sua população. Uma política estadual permite adaptar as diretrizes gerais às realidades e necessidades específicas do território mato-grossense, promovendo a integração entre os diversos níveis de atenção e garantindo uma abordagem mais eficaz e coordenada.

Este Projeto de Lei visa, portanto, estabelecer um arcabouço legal que discipline, fomente e monitore as ações de segurança do paciente nos serviços de saúde do Estado de Mato Grosso. Ao definir princípios, diretrizes e objetivos claros, a PESP-MT busca promover uma cultura de segurança robusta, baseada na prevenção, notificação, análise e aprendizado com os incidentes. A implementação de Núcleos de Segurança do Paciente (NSP) em todas as instituições de saúde, a capacitação contínua dos profissionais e o engajamento dos pacientes são pilares essenciais para o sucesso dessa iniciativa.

A aprovação desta Lei representará um avanço significativo na qualificação da saúde em Mato Grosso, protegendo os pacientes de danos desnecessários, otimizando o uso de recursos e fortalecendo a confiança da sociedade nos serviços de saúde, em consonância com as recomendações da OMS, do Ministério da Saúde e os princípios do SUS.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 29 de Outubro de 2025

**Elizeu Nascimento**  
Deputado Estadual